

108

Congresso abre sessão e pode não ter quorum

BRASÍLIA — Sob o risco de que não haja quorum, pelo menos até o início de janeiro — quando voltará a ser votada a mudança do Regimento da Constituinte —, o Congresso abrirá hoje, em solenidade marcada para 19h, a Primeira Sessão Legislativa Extraordinária da 48ª Legislatura. A autoconvocação extraordinária do Congresso teve como objetivo o exame da reforma fiscal anunciada pelo Governo. Porém, a pauta de assuntos que aguardam decisão do Legislativo inclui a apreciação dos nomes de Embaixadores indicados para oito postos no exterior e cerca de 200 decretos-leis.

A sessão de abertura deverá ser rápida, pois o protocolo prevê apenas a leitura do ato convocatório pelo Presidente do Congresso, Senador Humberto Lucena (PMDB-PB).

Pelo acordo de lideranças que permitiu a convocação, estão marcadas uma sessão conjunta do Congresso de manhã e da Câmara e do Senado, separadamente, à tarde. Estão previstas duas sessões conjuntas semanais, mas Lucena admitiu ontem que este mês dificilmente o Legislativo funcionará depois do dia 20, quando a Constituinte entrará em recesso. Assessores parlamentares reconhecem que, com a iminência de nova greve dos aeronautas, muitos Deputados e Senadores que já deixaram Brasília relutam em regressar, temendo não conseguir voltar aos seus Estados antes do Natal.

Da pauta do Senado faz parte o projeto que autoriza a emissão de títulos da dívida agrária para fins de desapropriação, já aprovado pela Câmara, cujo exame, segundo Lucena, tem sido constantemente pedido pelo Ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho. Há, também, vários pedidos de empréstimos internos e externos para Estados e Municípios.

Aguardam ainda a aprovação do Senado as indicações dos Embaixadores Murillo Gurgel Valente (Islândia), Octávio Rainho da Silva Neves (Sri Lanka), Aderbal Costa (S. Vicente e Granadinas), José Ronaldo de Lemos Barbosa (Congo), Guy Marie de Castro Brandão (Mauritânia), Jayme Villa-Lobos (Guiné Equatorial), Sérgio Seabra de Noronha (Kwait) e Raymundo Nonnato Loyola de Castro (Filipinas).

Na Câmara, esperam votação, entre outros assuntos, o Plano de Carreira do Serviço Público Federal; projetos de reestruturação de cargos dos tribunais superiores e alterações na Lei do Inquilinato, que, segundo Lucena, serão enviadas pelo Governo durante a sessão extraordinária.

Nas sessões conjuntas a pauta também é extensa: 49 decretos-leis de junho, relativos ao Plano Bresser, que aguardam leitura, e 143 — incluindo o que determina o empréstimo compulsório sobre combustíveis — necessitando de votação em regime de urgência, pois já estão no fim do período que lhes dá aprovação automática.